



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 27 DE DEZEMBRO DE
2013

NÚMERO 7

INICIO 20.30 HORAS

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA REALIZADA NO DIA 27 DE DEZEMBRO DE 2013 -----

N.º. 07/2013 -----

Aos vinte sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital número dezassete barra dois mil e treze, de doze de dezembro de dois mil e treze, tendo comparecido os seguintes Vogais: - António Manuel dos Santos Mendes; Rogério Paulo de Sousa Palácio; Maria do Rosário Costa Martins; Rui Manuel Ferreira; Carlos Manuel Marques Alves; Rui Paulo Serras Vermelho; Carlos Alberto Dias; Maria Adelaide do Vale Quaresma Ferreira; Sónia Cristina Marques Varino; Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira; Virgílio Manuel Rosa André; Ana Paula Carvalho Mota Tracana; João Pedro Viegas Santana; Nuno Filipe Medroa Cristóvão; João Carlos Baião da Silva; Jorge Manuel Louro Pereira; António José Calado Martins Pinheiro. -----

Faltou à Sessão o seguinte elemento: - Margarida Maria da Costa Alves Veríssimo, apresentou justificação via email. -----

Estiveram presentes os seguintes elementos do Executivo Municipal: - Presidente – Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim; Vereadores – Daniel Freire da Encarnação Martins; António Luís Fernandes Mendes; Natércio Francisco Canelhas Candeias e Arsénio Oliveira Cristóvão. -----

Esteve presente para prestar esclarecimentos técnicos Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos. -----

A Mesa da Assembleia Municipal, foi constituída da seguinte forma: - Presidente – António Manuel dos Santos Mendes; Rogério Paulo de Sousa Palácio, 1.º Secretário e Maria do Rosário Costa Martins, 2.ª. Secretário. -----

ABERTURA -----

Verificando-se a existência de quórum o Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão, tendo cumprimentado todos os presentes e dando inicio aos trabalhos. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----



O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação para discussão a ata da reunião realizada no dia 13.09.2013. **Ata aprovada por maioria**, com 12 votos a favor da bancada da CDU e 5 abstenções, sendo 3 da bancada do PS, 1 da bancada do CDS/PP e 1 da bancada da CDU. -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação para discussão a ata da reunião realizada no dia 12.11.2013. Sem intervenções foi a **Ata aprovada por unanimidade**. -----

O Presidente da Assembleia Municipal solicitou à segunda secretária a leitura do documento enviado pelo vereador Daniel Freire da Encarnação Martins, relativo a informação do exercício de cargos não autárquicos¹ (Anexo I). -----

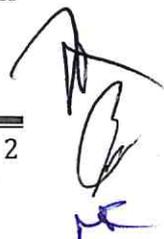
Vogal Carlos Alves (PS) – Interveio no sentido de saber se enquadrava neste ponto uma recomendação em nome pessoal ou nos outros assuntos. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a seria enquadrado nos outros assuntos. Referiu que o Estatuto do Direito da Oposição é assunto recorrente nesta Assembleia Municipal. Contudo, considera ter havido alguma evolução, nomeadamente na efetividade do relatório, discussão do próprio documento e na sua publicação na página da internet e noutros locais. Embora ainda se mantenha algumas inconformidades e que a Câmara Municipal tem de ouvir os partidos políticos e não os membros da oposição da Assembleia ou do executivo. Estes, têm de informar a Câmara de quem são os seus representantes, para assim no futuro poderem ser contactados. -----

Concluído o período antes da ordem do dia, a segunda secretária procedeu à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva ordem de trabalhos, que o Presidente da Assembleia Municipal submeteu à aprovação dos vogais, tendo sido aprovada por **unanimidade**.-----

Período da Ordem do Dia -----

1. Período reservado à intervenção do público;-----
2. Análise, discussão e eventual aprovação do **REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA**;-----
3. Análise, discussão e eventual aprovação **DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2014**;-----
4. Análise, discussão e eventual aprovação **DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO** para o ano de 2014;-----

¹ Exercício de cargos não autárquicos – Anexo I



5. Apreciação de **INFORMAÇÃO ESCRITA** apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----

6. Outros assuntos de interesse.-----

O Presidente da Assembleia Municipal solicitou aprovação para incluir na Ordem de trabalhos, no ponto 6 - Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia – Manutenção dos Protocolos de Delegação nas Juntas de Freguesia celebrados em anteriores mandatos autárquicos até à aprovação dos contratos interadministrativos e dos acordos de execução previstos na lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Passando para ponto 7 - Outros Assuntos. Solicitação aceite por unanimidade. -----

ORDEM DO DIA -----

1. PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Não houve intervenções do público. -----

2. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA -----

Presidente da Assembleia Municipal – Proferiu algumas considerações gerais relativas à constituição do grupo de trabalho constituído para elaborar a proposta de regimento. Salientou o espírito de abertura muito construtivo de todos os participantes, desde os elementos da mesa, aos vogais Maria Adelaide (CDS/PP), a Margarida Veríssimo (PS) e ao Rui Ferreira (CDU). Disse que o documento compreende o que a nova legislação agora consagra e que em qualquer altura pode ser alterado. -----

Vogal Carlos Alves (PS) – Referiu que foi constituído um grupo de trabalho para tratar este tema, mas na sua opinião seria suposto voltar à assembleia para todos poderem dar contributos. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Clarificou que a metodologia previamente acordada foi cumprida e que seriam os elementos das diversas bancadas a comunicarem entre si e o respetivo representante, levando estes os contributos para o grupo de trabalho. Referiu ainda que não há objeção a que qualquer eleito, apresente uma proposta ou clarifique algum ponto da proposta de

regimento e solicitou ao vogal Carlos Alves para expor as questões que entender, sendo o plenário soberano para aceitar e corrigir o sugerido. -----

Vogal Carlos Alves (PS) – Considera que o regimento deve fazer referência aos elementos que devem constar da informação do Presidente da Câmara; ter as regras do uso da palavra pelos membros da Câmara Municipal; as recomendações, propostas ou moções inseridas na ordem de trabalhos e a obrigatoriedade de serem feitas cópias de segurança das gravações.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Referiu que a forma como as questões foram colocadas, não é facilitadora de alterar qualquer ponto do regimento, questionando se o vogal trazia alguma proposta relativa a algum dos pontos que a abordasse. Informou que as regras do uso da palavra estão mencionadas no regimento. -----

Vogal Carlos Alves (PS) – Disse não ter intenção de alterar o regimento mas a possibilidade de no futuro ser introduzido algumas alterações importantes. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Referiu que o grupo efetuou uma reflexão profunda e partilhada, no sentido de construir um regimento da Assembleia consensual. -----

Submetido à votação, a Assembleia Municipal deliberou por **unanimidade**, aprovar a Proposta de Regimento.-----

3. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2014 ----

Presidente da Câmara Municipal – Interveio alegando que está consignado na lei a Assembleia Municipal ter conhecimento das propostas da Câmara Municipal e pronunciar-se relativamente ao Mapa de pessoal. Neste caso concreto o que se procura é preencher com perspetiva ou não de abertura de concurso de lugares que ficaram vagos por força de aposentações. Tendo em conta que a previsão do Orçamento de estado é diminuição no mínimo em 2% nos funcionários da Autarquia, entendeu-se manter o mesmo número de funcionários que estava a 31 de dezembro de 2013, colocando o executivo à disposição para responder a eventuais questões. -----

Vogal Carlos Dias (PS) – Questionou sobre o critério utilizado para alterar o número de postos de trabalho de 104 para uma previsão de 110.-----

Presidente da Câmara Municipal – Informou que existem alguns lugares ocupados que contam para o volume apresentado, dando como exemplo o lugar do Chefe de Divisão Eng.º Heitor, que é técnico



superior da autarquia e é chefe de divisão, na Divisão Municipal de Serviços Técnicos; no ponto 1 – Dirigente Intermédio e depois tem um a) – Lugar ocupado em comissão de serviço em regime de substituição por um técnico superior da mesma divisão, portanto a mesma pessoa é contabilizado uma única vez. Nesta situação está o Senhor Francisco Caipirra que está a ocupar um lugar de quadro de pessoal, mas está em comissão de serviço, existem dois lugares que são como excecionados e que se prevê abrir, na sub unidade Orgânica de Serviços Sociais, Culturais, Desportivos e Turismo, que são de Auxiliares de Ação Educativa, para o pré-escolar, dado que estando protocolados com o Ministério da Educação há autorização para contratar quando surge alguma necessidade de auxiliares de ação educativa nas escolas do Jardim de Infância, sendo posteriormente a Câmara ressarcida das verbas gastas com estes profissionais. Existe também a intenção de abrir concurso para dois lugares de dirigente intermédio de 2.º grau, designado Chefe de Divisão, para a Divisão Municipal Administrativa e Financeira e para a Divisão Municipal de Serviços Técnicos, uma vez que o Eng.º Heitor está em Comissão de Serviço e tem condições para concorrer, se concorrer pode ocupar uma vaga, se não concorrer terá que se prever a vaga. Todas estas situações mais as pessoas que se aposentaram, totaliza os 110 postos de trabalho, sendo a ideia de ficar no limite permitido no quadro de pessoal que está previsto na lei. -----

Submetido à votação, a Assembleia Municipal deliberou por **maioria**, com 16 votos das bancadas da CDU e PS e 1 abstenção da bancada do CDS/PP, aprovar o mapa de pessoal para o ano de 2014.-----

4. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2014 -----

Presidente da Câmara Municipal – Referiu que o enquadramento teórico apresentado no documento tem uma componente de natureza técnica e política. No que diz respeito ao orçamento da receita e da despesa que resultam de previsões de natureza técnica e que são elaboradas de acordo com regras existentes tendo em conta as despesas do ano económico 2012 e de 2013, até 31/10/2013. A previsão das receitas diz respeito ao orçamento e é um documento que resulta de previsões com caráter técnico e não de uma forma empírica, retrata aquilo que são as previsões ao pormenor. No que diz respeito à metodologia de trabalho que foi adotada na elaboração das Grandes Opções do Plano, foi um trabalho realizado com os técnicos e o Executivo e infelizmente não foi muito difícil de fazer o Orçamento dado que as despesas fixas e as receitas são conhecidas. Neste momento não se sabe se vai haver algum apoio, ou possibilidade de prever alguma candidatura em



termos do quadro comunitário. Este orçamento resulta do contexto atual que vivemos e em que vivem as autarquias locais. -----

Relativamente ao existirem algumas rubricas com baixos valores, ou até valores residuais tem a ver com o facto de muitas vezes passar de um ano para o outro sem serem utilizadas, por exemplo na área da proteção civil. A inclusão destas verbas, mesmo residuais, permite se necessário o seu reforço. A elaboração deste documento contou com a participação dos vereadores do Partido Socialista, dos Presidentes de Juntas de Freguesia e dos líderes das bancadas da Assembleia Municipal da oposição. Contudo foi registado a sugestão hoje apresentada e no futuro será convidado a intervir os representantes apresentados por cada partido. -----

Vogal João Pedro Santana (PS) – Aludiu ser um orçamento sem grandes investimentos, como era esperado devido à conjuntura que se vive no país, mas em valores globais com decréscimo em relação ao ano passado. Contudo, diz existirem algumas lacunas que no entender da bancada do PS, deveria ser uma prioridade para a Câmara Municipal, como seja a área de ação social referindo dois projetos que constavam no passado, o apoio a estratos sociais desfavorecidos e o projeto de combate à pobreza e exclusão social, que totalizavam aproximadamente 15.000,00 euros. Lamentou não ver esses projetos consagrados na proposta das atividades mais relevantes, ou nas outras rubricas da despesa pelo que questionou se foram eliminados, ou se foram absorvidas por outras rubricas. -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Referiu que face à incerteza que se vive a todos os níveis, incerteza legislativa e até incerteza da receita, considera estar perante um orçamento realista, apresentado com rigor, mas que deixa abertura para continuar o desenvolvimento, ou seja existem verbas residuais que caso existam possibilidades e financiamentos poderá dar cabimento a esses projetos. Perante as circunstâncias considera ser o orçamento possível, sem voluntarismos para continuar a governar a Câmara com estabilidade e particularmente estabilidade financeira. Em seguida questionou sobre o ponto de situação do Centro Escolar de Montalvo e quais as informações detalhadas e atualizadas sobre a situação. -----

Vogal Maria Adelaide Quaresma (CDS/PP) – Interveio referindo que temos um orçamento de manutenção e que seria dispensado transpor para o documento o programa eleitoral da CDU. Considera que o orçamento está tecnicamente bem feito, é um orçamento de manutenção. Questionou da continuação da parceria com a Fundação CEFA. -----

Presidente da Câmara Municipal – Sobre as questões da ação social, informou que no documento de 2013, havia uma rubrica para apoio a Estrato Sociais Desfavorecidos, entendeu-se conjuntamente com os técnicos que poderia passar para ação social escolar, auxílios económicos e bolsas do ensino superior, portanto está nas atividades mais relevantes, na página 2/4. No que diz respeito ao combate à pobreza e exclusão de facto é uma expressão forte e lembrou que no anterior mandato houve uma parceria com as Câmaras do médio tejo relativa a programa no âmbito de uma candidatura intitulada “Redes do Tejo”. Este ano não tem essa expressão combate à pobreza e exclusão social, de todo o modo dentro das disponibilidades da Autarquia, serão sempre apoiadas e ou será reforçado alguma rubrica nas questões de emergência social que possam vir a surgir.-----

Relativamente ao ponto de situação do Centro Escolar de Montalvo disse que ainda hoje persiste o facto da aprovação ou não do Centro Escolar de Montalvo que vai depender muito daquilo que será uma próxima revisão até deste documento, porque e respondendo diretamente à questão foi-nos dito que até ao dia 31 de Dezembro, teríamos uma resposta sobre a aprovação ou não da candidatura ao Centro Escolar de Montalvo. Em devido tempo, foi apresentada candidatura logo que abriu a plataforma, tem chegado informação que a candidatura está bem encaminhada, mas o certo é que resposta concreta ainda não chegou. -----

Relativamente à questão do CEFA - Centro de Estudo e Formação Autárquica disse que é um financiamento a 100%, e considera que se os funcionários poderem aproveitar para trabalhar com os formadores da Instituição credenciada como é o CEFA e se o executivo liderar bem o processo, considera que são 30.000,00 euros que poderão ser bem empregues. Nesta candidatura o que está previsto é a possibilidade de potenciar algumas ferramentas que já existem e que alguns dos funcionários necessitam ter mais formação em contexto de trabalho, isto é dentro da Câmara. Esta metodologia possibilita também ter alguém externo que possa vir fazer uma “auditoria” ao funcionamento de alguns serviços da autarquia e que a Câmara entendeu que deveria ser a todos os serviços, com propostas de melhoria e rentabilização dos recursos e consequentemente também uma possível redução de alguns custos. Por outro lado e tendo em conta o posicionamento do CEFA no contexto das autarquias tem uma expectativa positiva, tendo em conta o que se está a perfilar para o próximo quadro comunitário de apoio, já está identificado o que faz em termos do plano estratégico até 2020 que é preciso ser adequado ao próximo quadro comunitário de apoio. Sobre o enquadramento foi entendimento que por uma razão de coerência, por uma razão de



comprometimento, porque se trata também de um documento político entendemos e sem medo devem constar no documento. -----

Vogal Carlos Alves (PS) – Referiu que se este fosse o orçamento do partido Socialista seria diferente, mas também considera que o orçamento está de acordo com o programa eleitoral apresentado pelo partido comunista, das últimas eleições autárquicas, mas isso também é legítimo, foi esse que foi sufragado e que maioritariamente mais votos obteve. Disse ainda que o Partido socialista seria na área social em que mais se vocacionava e que a maior parte dos projetos não vão ser concretizados porque são projetos que não vão ter participação financeira e a Câmara não tem capacidade para os concretizar. Informou que o Partido Socialista se vai abster, por considerar que falta uma componente social mais forte, porque esta área ficou muito aquém das expectativas que muitas famílias do concelho exigem e merecem. Não é apresentado um plano de emergência para ajudar famílias a enfrentar a crise que atravessam. Referiu também que o Centro Escolar de Montalvo já podia estar feito, se não fosse a incompetência de quem tem gerido até este momento, evidentemente que temos que incentivar e apoiar quem hoje está no executivo da Câmara e que faz tudo o possível para que ele seja uma realidade. O partido socialista tem propostas na área social que é aquela que preocupa mais, que tem a ver com o problema dos jovens, dos menos jovens, do empreendedorismo, da formação para os mais carenciados, do auxílio nos livros escolares, da alimentação, da reformulação do tarifário da água, da comparticipação de medicamentos, muitas destas coisas são transversais por esse país mas infelizmente neste concelho não existe, e as pessoas necessitam e estão a passar por uma fase difícil. Por ultimo e dizendo com alguma mágoa que há uma falta de respeito para com a Universidade da Terceira Idade, porque presta um serviço comunitário transversal a toda a sociedade.-----

Vogal Maria Adelaide Quaresma (CDS/PP) – Relativamente a parceria com o CEFA disse nada ter contra, antes pelo contrário até lhe parece muito bem. A questão só se põe na alocação de menos recursos, na mobilidade interna e no aumento do número de pessoas. -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – No seguimento das intervenções da bancada do partido socialista, questionou para se aumentar a rubrica para a acção social qual a que se diminui, porque para aumentar num lado terá que se retirar do outro, pois ainda não se descobriu nenhuma mina de dinheiro e é preciso encontrar alternativas. Disse que o partido socialista em vez de dizer que não concorda com o Plano e o Orçamento, seria mais vantajoso apresentar alguns exemplos de câmaras vizinhas como por exemplo em Abrantes faz-se assim, no apoio social às famílias desfavorecidas, aos

Estratos Sociais, apoiaram não sei quantas casas em condições degradadas, na Barquinha também apoiaram desta forma, porque é importante, aquilo que é bem feito, temos o dever de copiar e trazer ou apresentar soluções. -----

Presidente da Câmara Municipal – Referiu que este não é o Orçamento que o executivo gostava de apresentar, mas é o orçamento possível. É um orçamento equilibrado, rigoroso e que só é possível porque a Câmara Municipal de Constância tem sabido gerir os dinheiros públicos, e não teve felizmente como professores aqueles que governam e governaram o nosso país. Por outro lado, tranquilizou todos aqueles que pensam que este orçamento não reflete preocupações da ação social, não sendo a favor duma ação social, assistencialista e caritativa, ninguém neste concelho poderá passar fome, porque não vai acontecer, e pediu a todos os eleitos que sinalizem atempadamente as situações que conhecem, para as técnicas de serviço social da Câmara e do serviço social da Segurança Social, e em articulação com a Santa Casa da Misericórdia atuarem, lembrou que é essa a principal forma que podem colaborar no combate à precariedade e no combate às questões sociais que possam vir a surgir com maior intensidade no concelho. -----

Submetido à votação, a Assembleia Municipal deliberou por **maioria**, com 10 votos da bancada da CDU, 6 abstenções da bancada do PS e 1 voto contra do CDS/PP, aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2014.-----

A bancada da CDU e a bancada do CDS/PP apresentaram declarações de voto² (Anexo II). -----

5. APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º. 2 DO ARTIGO 25º. DA LEI N.º. 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO -----

Vogal Virgílio André (CDU) – Referiu que como ao longo dos anos tem feito uma breve análise às contas que são apresentadas no final do ano, dizendo que embora os valores apresentados não sejam relativo a 31 de dezembro, mas permite já fazer uma análise, começando pelo mapa de serviço da dívida, entre o ano 2002 e 2013 existiu uma evolução nos aumentos ou nas reduções do valor dos empréstimos e um aumento elevado na cobrança de juros, isto revela pelo menos uma de duas coisas, ou o dinheiro quando se empresta é barato, e quando se começa a pagar é de facto muito

² Declarações de voto Anexo II



caro. A relação da dívida no final do ano de 2012 era de 4.000.000,00 euros e perspetiva-se que no final de dezembro de 2013, seria á volta dos 3.600.000,00 euros. Sobre as dívidas de curto prazo, pode-se afirmar que esta é uma Câmara a quem as pessoas gostam de vender, como se pode verificar o mês com verbas em atraso é outubro, e com valores muito diminutos, cerca de 27.000,00 euros, totalizados em dívida até ao dia 17.12.2013, por estranho que pareça, não é fácil manter as contas desta maneira, com todas as dificuldades que o governo este e outros no passado nos têm imposto.-----

Vogal Carlos Alves (PS) – Alertou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que a informação escrita está redigida em função de uma Lei que está revogada. Continuou dizendo que na informação disponibilizada pela Câmara Municipal existe uma série de informações em faltam, afirmam que segundo a Lei terá que vir à Assembleia, todos os assuntos que dizem respeito ao território; e em cada uma das sessões ordinárias uma informação escrita do Presidente da Câmara Municipal para apreciação acerca da atividade desta e da situação financeira do Município a qual deve ser enviada ao Presidente da Assembleia Municipal, com a antecedência mínima de cinco dias sobre a data do início da sessão; deve ser enviado à Assembleia Municipal para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º, toda a documentação designadamente relatórios, pareceres, memorandos, e documentos de igual natureza, incluindo a respeitante às Entidades abrangidas pelo regime jurídico da atividade empresarial, local e das participações locais, quando existam indispensável para a compreensão e análise crítica e objetiva da informação aí escrita. Da informação prevista na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º devem constar o saldo e o estado das dívidas a fornecedores e as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes com indicação da respetiva fase e estado.-----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Considera que a informação da atividade do município, desde há muitos anos é explícita e em muitos casos e em particular na situação financeira, dá uma imagem de evolução da receita e das despesas. Foi com surpresa que constatou uma redução na recolha de impostos, nomeadamente do IMI, referindo que poderá não estar atualizado, ou haver alguma verba ainda em falta, porque ao fazer a comparação de 2012 para 2013 verifica-se uma diminuição de 87.480,69 euros. Sabendo que Constância tem o IMI mais baixo da região e do país, 0,3% porque foi entendido baixar no ano passado, questionou se realmente existe alguma verba em falta. -----

Vogal Carlos Alves (PS) – Disse ter conhecimento de algumas movimentações em relação á questão da ponte sobre o rio Tejo, e questionou se há algum desenvolvimento em relação a essa questão, e qual é a posição da Câmara de Abrantes em relação a este assunto, referindo que Constância é um



concelho pequeno. Questionou também o que o executivo da Câmara pensa sobre isso e o que está previsto em termos de projeção deste projeto, qual é o ponto de situação em relação à localização da ponte se no tramagal ou em Constância. -----

Presidente da Câmara Municipal – Sobre o IMI referiu que pela primeira vez este ano foi possível pagar o IMI em três tranches, quando se trata de um valor superior a 500,00 euros, pelo que será expectável que ainda venha a entrar nos cofres da Câmara uma parte de IMI, relativo às receitas cobradas até 30 de Novembro. -----

Relativamente à questão da ponte, é um assunto ainda que não foi abordado na Câmara Municipal. O que se sabe pela Comunicação Social, é que provavelmente vai haver muito pouco dinheiro para grandes pontes, mas existem propostas para infraestruturas estruturantes no país, feitas por uma equipa, que vão ser apresentadas ao Governo, dizendo que em sua opinião entende que será uma mais-valia uma ponte nova sobre o rio tejo na zona de Constância. Considera que deve ser construída uma ponte no concelho de Constância tendo em conta a questão da Caima e da Mitsubishi e até do Campo Militar. Disse também que já teve oportunidade de falar sobre este assunto com a Senhora Presidente da Câmara de Abrantes, e de certa forma estão de acordo no que diz respeito à falta de uma ponte nesta região e não se deve perder uma ponte por andar a digladiar um porque é mais a sul ou mais a norte. Este é um assunto que deve ser uma posição consertada na comunidade intermunicipal, disse também que a Câmara Municipal de Constância já fez sentir esta necessidade nos organismos quer da tutela, quer a este grupo de trabalho, tendo em conta o que estava previsto a algum tempo atrás, que era exatamente uma ponte mais junto a Constância, e sem esquecer que existe um constrangimento na atual ponte com a limitação a pesados e portanto neste momento temos que trabalhar com muita delicadeza e com muitas pinças em duas frentes de trabalho.-----

Vogal Carlos Alves (PS) – Esclareceu que apenas teve intenção de clarificar o que se sabe pela comunicação social, mas informou que em Abrantes foi constituído um grupo de trabalho para tratar especificamente a questão da ponte na zona do Tramagal e também por esta preocupação colocou a questão, afirmando que deseja que a ponte seja construída, seja num sítio ou outro mas essencialmente que seja feita no concelho de constância.-----

6. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE. -----



Foi efetuada análise, discussão e eventual aprovação da proposta de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia – Manutenção dos Protocolos de Delegação nas Juntas de Freguesia celebrados em anteriores mandatos autárquicos até à aprovação dos contratos interadministrativos e dos acordos de execução previstos na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Proposta aprovada por **unanimidade**.-----

Vogal Carlos Alves (PS) - Apresentou uma recomendação relativa ao envio de suportes de informação a disponibilizar por esta Assembleia³ (Anexo III). Referiu que é norma a Câmara de Constância e outras Câmaras, quando existem estudos onde ficam bem classificados, transmitirem à imprensa e às populações e o facto de obter uma boa classificação. No seu ponto de vista é sempre positivo, mas tem que haver algum cuidado com esse tipo de estudos, dizendo que esteve na internet a fazer uma pesquisa sobre os malefícios e os benefícios do café, e encontrou mais de 50 estudos e especificamente sobre a informação que a Câmara Municipal de Constância fez sobre a transparência, não pode ficar contente, nem feliz e por isso estar a manifestar a sua mágoa, por terem vindo vangloriar-se por ter uma nota negativa no estudo da transparência. Clarificou que foi um estudo avaliado numa escala de 1 a 100 e quase todos os concelhos deste país obtiveram a mesma nota, só duas ou três Câmaras tiveram nota positiva mas muito baixa. Disse que todos devem refletir sobre a questão da transparência, porque os índices de corrupção neste país, mais clientelismo é transversal a este país. -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Questionou sobre o encerramento dos serviços públicos, dado que já foi encerrada a tesouraria dos serviços da Segurança Social, querendo saber o ponto de situação sobre o serviço de finanças no concelho, e se há outros serviços em risco de fechar. Relativamente à intervenção anterior sobre os estudos, disse que há estudos feitos pelo Instituto Nacional de Estatística que é uma instituição nacional e que faz as estatísticas oficiais do país, contudo podemos duvidar sempre. Sobre as cunhas e clientelismos disse que infelizmente cada vez mais se está a acentuar e pode-se ver aqui bem perto nos concelhos vizinhos, em que os maridos ou as mulheres são chefes de gabinete, em que os chefes de gabinete são Presidentes de Assembleias Municipais, são casos muito evidentes, mas será uma questão que o partido socialista terá que resolver. -----

Vogal Maria Adelaide Quaresma (CDS/PP) – Apresentou dados de dois estudos, um de 2007 aponta, “Constância o nono concelho com maior consumo de energia”, diz desconhecer se é um estudo

³ Recomendação relativa ao envio de suportes de informação a disponibilizar por esta Assembleia (Anexo III)



reconhecido ou não, o outro estudo de Março de 2011 da revista Teste Saúde, em que o concelho de Constância aparece como dos mais poluído segundo a agência Portuguesa do Ambiente, seguido da Maia, Seixal, Barreiro, Lisboa, Figueira da Foz, e Odiveelas. Disse ainda que este estudo tem a ver com partículas que poluem e aos efeitos na saúde, porque aumenta o risco de infeção respiratória, doenças cardíacas e cancro do pulmão, daí considerar importante analisar estes dados até para pedir responsabilidades. -----

Presidente da Câmara Municipal – Sobre os estudos apresentados questionou qual o número da revista Proteste, relativamente ao estudo da questão da transparência, disse que não fica contente por ter uma nota negativa, mas já se pediu a quem fez o estudo quais os parâmetros necessários para atingir a nota máxima. Sobre a transparência, tem que se ver os contextos, lembrou que o executivo anterior foi acusado de falta de transparência, e hoje de novo volta a mesma questão relacionada com as questões da corrupção. Informou que constantemente os serviços e os funcionários estão responder a inquéritos sobre tudo, para o Instituto Nacional de Estatística, para a Associação Nacional de Municípios por exemplo na contabilidade a responder inquéritos para a DGAL, sendo alguns estudos publicados, por isso disse não saber onde está a falta de transparência. Certamente está na altura de perguntar a esses organismos o que fazem aos dados que pedem porque são enviados. Relativamente às Finanças disse não ter informação sobre o possível encerramento, embora se saiba que estão previsto o encerramento de finanças, e o concelho de Constância está na primeira fila, estranho que a Barquinha não apareça no estudo, até porque tem lá uma loja do cidadão. Sobre a extensão de Saúde de Montalvo, disse que tem estado sem enfermeiro, havendo memos alturas que apenas há um técnico de enfermagem no concelho para as 3 freguesias e isto também é um problema. Outra questão que deverá preocupar a todos tem a ver com a reorganização dos serviços judiciais, porque existe a tendência de centralizar os principais serviços em Santarém. Informou que em meados de janeiro vai haver uma reunião com os municípios do médio tejo e com o administrador do Centro Hospitalar do Médio Tejo. Disse ainda que não houve um único munícipe que se tenha dirigido à Câmara ou fizesse uma reclamação a dizer que estava insatisfeito com o encerramento de algum serviço público.-----

Vogal Carlos Alves (PS) – No seguimento do que a Sr^a Presidente disse, informou que o Partido socialista, comunga das preocupações que são transversais a todo o Distrito de Santarém, ao Médio Tejo, e à Lezíria, nomeadamente na questão da Lei da Organização do Sistema Judiciário e outros serviços de proximidade que cada vez mais afetam as pessoas. Considera que a Comunidade

Intermunicipal tem um papel muito importante, e os Presidentes devem unir-se e trabalharem todos para o mesmo objetivo, para evitar a desertificação e a interioridade não seja posta em causa, dizendo que a bancada está disponível para contribuir para melhorar o concelho o território e as suas funcionalidades. -----

Presidente da Câmara Municipal – Informou que a Comunidade intermunicipal é constituída pelos Presidentes de Câmara, e estes devem responder perante os seus eleitores. Mas Comunidade Intermunicipal é um órgão que está numa posição muito difícil, porque tem que tomar decisões para a região, e no programa operacional regional é para contribuir para o desenvolvimento da Região que vai da Sertã, Mação, ao Entroncamento, passa por Ourém, etc., e poderá haver momentos que os munícipes não compreendam porque é que a Senhora Presidente da Câmara de Abrantes está a puxar alguma coisa por exemplo para Tomar. Na Comunidade Intermunicipal, os presidentes têm que estar unidos e trabalhar por objetivos comuns, por um lado tem que demonstrar aos munícipes que estão a criar condições para que todos os concelhos obtenham alguns ganhos, e pediu aos eleitos que estão nas Assembleias Municipais e nos Executivos que devem passar esta mensagem para as pessoas começarem a entender a lógica das decisões. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo – Questionou o ponto de situação sobre uma proposta que tinha apresentado para ter um lote na Zona Industrial de Montalvo, e sobre a proposta de se criar um sítio onde as pessoas pudessem colocar os restos de obras e também sobre o Centro Escolar de Montalvo, dado que era previsível ter a resposta até 31. Deixou um alerta para os outros Presidentes de Junta, por causa das alterações da Lei das Competências considera que vai ser um pouco complicado algumas das situações ou grande parte das situações, porque a lei atribuiu competências para a juntas mas não vem dinheiro. -----

Presidente da Câmara Municipal – Começou pela preocupação apresentada pelo Presidente da Junta de Montalvo que tem a ver com as novas competências das Juntas de Freguesia por força da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, dizendo que é uma preocupação mais para as Juntas de Freguesia, porque a Lei dá-lhes competências e não permite às Câmaras que lhes transfiram meios porque as competências passaram por força da Lei para as Juntas de Freguesia e terá de se iniciar o processo para fazer os contratos administrativos, considera que apesar de tudo aqui as Juntas são pequenas e as as coisas até se vão conseguir resolver melhor do que nos meios urbanos, mas todos juntos para tentar perceber o que se poderá fazer face a atual Lei e lembrou aos presidentes de junta que devem pedir esclarecimentos junto da ANAFRE. -----



Presidente da Junta de Freguesia de Constância – Informou que a Segurança Social está a funcionar no edifício da Junta, tendo sido necessário fazer obras no início, e na altura que manifestaram interesse em ocupar este espaço foi feito um protocolo em que a segurança Social apenas contribui com uma verba para ajuda das limpezas e da electricidade, nem se falou na água que era insignificante. O protocolo foi em 2008 ou 2009 para Lisboa para ser analisado mas nunca chegou. Agora com esta situação de enceramento da tesouraria, tudo temos feito para que se mantenha aberto, disse que neste momento não estão a pagar qualquer quantia pelo espaço que ocupam. Contudo não entende a decisão de manter aberto três dias por semana, porque segundo a funcionária que cá estava anteriormente dizia que fazia 40 atendimentos por dia. Sobre o assunto das transferências de competências, acha que os três presidentes e a Senhora Presidente da câmara terão de reunir o mais rapidamente possível, disse ainda que deveriam todos os presidentes de junta ir ao congresso da ANAFRE que irá decorrer ainda Janeiro para demonstrar o desagrado numa Lei que impões transferências de competência para as Juntas de Freguesia. Disse saber que a ANAFRE assinou um protocolo com o Governo sem vantagens para as juntas, neste sentido informou que em reunião do executivo da Junta de Freguesia de Constância foi decidido que em 2014 só se paga a cota da ANAFRE, se esta anular este protocolo ou em última análise deixam de ser associados. -----

APROVAÇÃO EM MINUTA -----

Nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco traço A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, a Assembleia deliberou, por **unanimidade**, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nela constantes possam produzir efeitos imediatos. -----

ENCERRAMENTO -----

E não havendo mais nada a tratar o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e trinta minutos. A presente Ata foi redigida, na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal.-----



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

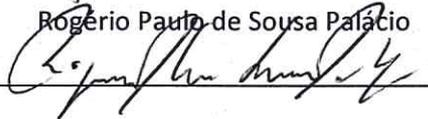
Presidente

António Manuel dos Santos Mendes



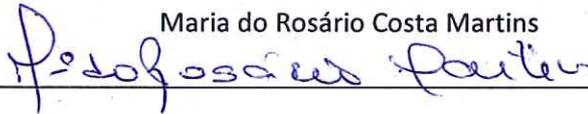
1.º Secretário

Rogério Paulo de Sousa Palácio



2.º Secretária

Maria do Rosário Costa Martins



ANEXO I

“Em cumprimento do número 1 do artigo 3.º da Lei n.º 29/87, de 30/06, alterada pela Lei n.º 52-A/2005, de 10/10 – Estatuto dos Eleitos Locais –, que determina “Os presidentes e vereadores de Câmaras Municipais, mesmo em regime de permanência, podem exercer outras atividades, devendo comunicá-las, quando de exercício continuado, quanto à sua natureza à identificação, ao Tribunal Constitucional e à Assembleia Municipal, na primeira reunião desta a seguir ao início do mandato ou previamente à entrada em funções nas atividades não autárquicas”, informo que exerço os cargos, não remunerados, de Presidente da Direção da Associação para o Desenvolvimento Social e Comunitário Os Quatro Cantos do Cisne e de Presidente do Conselho Fiscal da Associação Cultural e Desportiva Aldeense.”



ANEXO I I

Declaração de Voto da CDU

“Ao votar favoravelmente a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2014, apresentada pelo Executivo Municipal e votada por maioria naquele Órgão, os eleitos da CDU nesta Assembleia Municipal não podem deixar de referir algumas questões que julgam pertinentes.

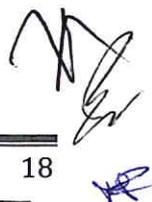
Ao longo dos anos de gestão CDU o Concelho de Constância tem tido um progresso significativo que é refletido na qualidade de vida dos seus habitantes. As estatísticas dos mais diversos quadrantes, sobre as mais variadas áreas, onde se incluem as do Instituto Nacional de Estatística, colocam o nosso Concelho, sistematicamente, nos primeiros lugares a nível da região e do País.

O ano de 2013 termina, para o Município de Constância, com uma dívida de medio longo prazo idêntica ao do ano de 2005. As dívidas a fornecedores são, pode dizer-se, diminutas.

Ao aprovar os documentos de Gestão para o próximo ano, aprovamos um documento cheio de rigor e realismo, um documento completo de objetividade, seguro do momento que atravessamos mas também certo do caminho que se quer e se tem que percorrer através dos projetos a realizar. Não será fácil apresentar alternativas, se é que alguém as tem, ao caminho percorrido até aqui e que de forma segura mantenha Constância como referência de boas práticas.”

Declaração de Voto do CDS/PP

“Apesar de considerar que o orçamento está tecnicamente correto, por ser um orçamento de manutenção que apenas assegura a satisfação dos compromissos assumidos, voto contra por considerar que não era necessário transpor, para o seu enquadramento, o programa eleitoral da CDU, que mais não é que um conjunto de intenções, que o orçamento não reflete. Dar ânimo à iniciativa privada.”



ANEXO III

“Carlos Manuel Marques Alves, membro desta Assembleia eleito nas listas do PS vem, nos termos do Art.º 27º alínea e) do Regimento apresentar a recomendação que se segue e que a mesma seja votada, nos termos do Art.º 28.º do mesmo.

- Que, de futuro, os documentos enviados pela Câmara à Assembleia Municipal, sejam fornecidos em formato digital, salvaguardando a entrega em outro tipo de formato, caso seja essa a opção de algum membro. Pretende-se com esta medida e redução de custos para a Autarquia.”

